

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O ÓCIO COMO LAZER

João Ribeiro Junior
IAC/PUCCAMP

O tema, a propósito do qual pretendo concentrar-me, refere-se ao ócio. Trata-se não só de uma questão importante do ponto de vista especulativo, como de problema de grande atualidade e de significação para o futuro.

Insiste-se muito em que a nossa civilização é a civilização do trabalho, porquanto nasce, desenvolve-se e progride no trabalho. Daí minha preocupação com o ócio, justamente por que ele é o oposto ao trabalho, e que vem adquirindo cada vez maior importância no sentido de que dele não se pode prescindir para a maior compreensão do homem como um todo.

Não é meu objetivo discutir aqui as várias interpretações dadas aos termos **trabalho**, **lazer** e **ócio**. Preocupei-me apenas com o conceito operacional de "**tempo livre**", entendido como aquele "**tempo**" que não é utilizado para o trabalho. A partir daí é que foram tecidas as considerações a respeito do ócio visto como lazer, e oposto ao trabalho, considerado como pena dentro de um contexto onde a tendência é no sentido de gozar e fruir o mundo, não de utilizá-lo e explorá-lo. Natural a primeira tendência, inatural é a segunda porque sobrevinda, mesmo se afinal constitua uma segunda natureza.

Minha pretensão neste ensaio não é de instaurar utopicamente a alegria do ócio. O problema é diferente e mais difícil. Trata-se de saber como os sentimentos agradáveis, que acompanham o ócio, podem integrar-se entre si numa forma mais elevada, num complexo sentimento que, unido às condições que derivam da remoção dos obstáculos, seja capaz de engendrar alguma felicidade para os homens que trabalham e desejam o lazer-ócio; felicidade limitada, porém concreta.

Neste sentido terão mais importância providências particulares, terá mais relevo o desenvolvimento de específicas atuações (ou não atuações) do que o apelo a concepções elevadas, do que verdadeiramente uma geral reforma social.

O problema assim enunciado longe está de ser difícil e concludente.

A NATUREZA DO ÓCIO

Desde que Paul Lafargue, genro de Karl Marx, escreveu seu livro *O Direito à Preguiça* (1883), um dos aspectos que mais atrai a atenção dos estudiosos é o ócio dos sujeitos ativos de uma comunidade ou sociedade.

O ócio, entendido como a própria negação do trabalho, é considerado como algo debilitante, que não deveria ser confundido com o lazer, que supõe, previamente, a presença do trabalho profissional.

"No hacer nada es vaciar la vida, es incompatible con el hombre", dizia Ortega Y Gasset. Para este filósofo vitalista e para muitos especialistas do lazer, o homem trabalha e é, portanto, sujeito ativo. Como sujeito passivo, ele é mero espectador.

O que se evidencia é que o lazer é colocado como produto da situação de trabalho, e também, como ação direta ou indireta sobre o trabalho. Trabalho visto como um dever universal, mais ainda do que tarefa econômica.

Em outras palavras, o descanso concedido pelo capital ao trabalhador não é considerado como uma mera inatividade vazia de conteúdo. O descanso, neste caso, significa mudança de atividade, e não repouso, pois a visão do lazer, como tempo livre, envolve uma ampla gama de atividades de fazer.

O rico sentido do ócio da antiguidade clássica já não existe na vida moderna. (Os gregos e os romanos não apreciavam o trabalho como positividade, mas o sentiam como negatividade). O homem já não descansa quando pratica o lazer; ao mais das vezes, ele exerce atividade física e mental muito maior do que durante todo o ano de trabalho. Em vez do ócio, ele pratica esportes, alimenta-se de leituras, dedica-se ao turismo, se perde em inúmeros afazeres cansativos. Em suma, o homem no lazer não deixa seus hábitos de trabalho. Trabalha repousando: repousa trabalhando.

Assim, a influência do trabalho cotidiano, com seus nefandos efeitos da divisão e da mecanização — que conduz o homem ao sentimento inacabado e de insatisfação —, condiciona de alguma maneira o descanso, que se elege para os momentos de ócio.

Realmente, o modo como o tempo do homem é dividido entre o trabalho e o lazer reflete no padrão da sociedade. E assim, a natureza do tempo disponível para o lazer será também significativa em relação ao tipo de atividade de lazer que os homens executam.

O homem já não repousa, pois o tempo tomado do trabalho não se transformou inteiramente. De modo que, apesar de existirem muitas atividades denominadas "lazer", elas não são opostas ao conjunto das

necessidades e obrigações da vida cotidiana, dominado pelo trabalho.

O ócio, no sentido de tempo realmente livre de tudo, não é o "pai dos vícios", como sempre se proclamou, mas um direito natural do homem que favorece sua liberdade como pessoa, pois é o ócio quem irá lhe dar o verdadeiro sentido da vida, que lhe permitirá elevar-se além da fixidez e do pesadelo de uma vida que se repete em seus esquemas de produção e de consumo, para atender aos reclamos do capital-trabalho.

O ócio é o momento mais livre que o homem possui. É uma porta aberta para o mundo infinito, onde se pode sonhar e viver todas as essências, todos os impossíveis, que a realidade determinou, porque a realidade — a realidade dinâmica, no sentido dialético — traça antes de tudo, impossíveis.

O ócio — como o vejo — contém uma vontade dinâmica de **nada fazer**. Absolutamente nada; nem esporte, nem turismo, nada; mas que é representado pelo descanso absoluto, ou seja, simplesmente deixar a vida escorrer na preguiça do poder fazer e não fazer. "A divina preguiça", na expressão de Mário de Andrade.

Só assim, entendo, o homem poderá recuperar seu tempo vendido (espoliado) pelo capital através do trabalho.

Daf a necessidade de se libertar do condicionamento de que o lazer-ócio é patológico, de que o lazer-ócio supõe, como qualquer outro lazer, o trabalho, onde o homem faz o jogo do capital e perde o direito à preguiça.

ÓCIO VERSUS TRABALHO

Deste ponto de vista, muito mais importante do que a criação e a produção de riquezas é o ócio, que não produz valores materiais, mas cria valores espirituais e favorece o desenvolvimento integral do homem. Ócio, portanto, que se nutre de uma razão vital e que sobre ela procede às suas tarefas mediativas e aperfeiçoadoras. Amplamente antropológica, a razão vital se insere profundamente no homem, em todas as faculdades e poderes do homem.

No ócio o homem se debruça sobre si mesmo para a colheita de insuspeitados frutos, que assinalarão sua vida num processo ascendente. No ócio de conexas toda uma ânsia — a nossa ânsia — de elevação, longe das obrigações impostas pelo capital.

Infelizmente, a exploração capitalista ainda não permite que o ócio se manifeste como lazer. A organização da indústria em grande escala

deu origem a uma carreira frenética na criação, aumento e acúmulo de capitais. Para impulsionar a produção, os progressos da ciência impuseram a aquisição de maquinários cada vez mais caros e complexos.

O pequeno artífice — cujo tempo de ócio era bem maior do que o tempo de trabalho — atirou ao quarto das velharias seu tear rudimentar, juntamente com o ócio, e se ateve unicamente à sua força de trabalho. Só com um capital, que estava fora de suas posses atender, podia o pequeno artífice adquirir maquinarias modernas e explorar a indústria.

O proprietário do capital que, anteriormente, só podia dedicar-se ao comércio, e tinha tempo para o ócio, viu-se, quase da noite para o dia, senhor da situação e dono da indústria. E o capital adquiriu enorme preponderância, e se chegou mesmo a considerá-lo como a única chave de produção, como o agente por excelência da criação de valores e de riquezas, que não admitia em hipótese alguma o ócio.

O ex-artesão achou-se em outro recurso que não fosse o de ir até a porta do capitalista-industrial para oferecer-lhe a força dos seus braços, e com isso perdeu seu direito natural ao ócio, à liberdade de nada fazer, pelo simples prazer de não fazer.

Afluíram os que solicitavam trabalho e a concorrência na oferta obrigou-os a aceitar, em quase como um favor, qualquer coisa que o dono do capital quisesse dar-lhes a título de salário e de alternativa de descanso.

Qual foi o resultado disso? Menosprezou-se o valor e a importância do ócio, passou-se a ver o homem, que a ele se dedicava, como um indigente. O trabalho passou a ser totalizador; quer dizer, a proporção de tempo de trabalho/tempo livre encontrou-se completamente desequilibrada em favor do primeiro. E toda uma literatura foi fabricada para justificar o trabalho: "O trabalho enobrece o homem."

O pior é que ao capitalismo, enfatuado com pretensões exclusivistas, enfrentou-o um também enfatuado comunismo, com pretensões semelhantes. "Nada cria valores senão o trabalho operário", já dizia Karl Marx.

E o homem, que não se achava à vontade senão nos extremos, encontrou-se no lado oposto e, a uma indubitável exageração da importância do capital, que pretendia depreciar o valor do ócio, respondeu com outra exageração, desta vez, porém, a da importância do lazer que não permite descanso, só atividades reais, como, por exemplo, o esporte nos períodos de repouso. O tempo livre é empregado para se cansar, não para deixar o tempo realmente livre para nada fazer.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Ninguém ainda conseguiu construir uma ponte sólida que, para sempre, una as margens opostas do trabalho e do ócio. Não existe até agora

uma receita filosófica para transitar facilmente de margem amena do ócio àquela mais incômoda do trabalho. Ninguém, pode, entretanto, viver num perene e infecundo dissídio entre o que "agrada" e o que "se deve fazer". Procurar o ócio é fugir ao trabalho imposto; é como procurar o prazer e fugir à dor; ou seja, é uma lei elementar e constante da existência.

A partir desta visão, a busca do ócio não pode ser julgada com um propósito reprovável em si mesmo. Somente um radical desprezo pela vida e pela natureza pode insinuar a suspeita de que já seja culpa e mera experiência do ócio, entendido como o prazer de nada fazer.

Talvez seja por isso mesmo que quando se polemiza contra o ócio, a polêmica não de dirige contra o princípio do ócio, mas contra a sua interpretação rude e grosseira, que relega o ócio como sendo um vício que embota o homem.

Martin Heidegger afirmava que o caráter precípuo da existência humana é a preocupação. A felicidade seria, então, a ausência de preocupação. Como a felicidade é relativa, existe uma possibilidade concreta de se eliminar a preocupação e se passar a viver realmente. Essa possibilidade é o ócio como lazer.

Não nos é dado sair do tempo, mas esse tempo podemos empenhar todas as nossas possibilidades na tentativa de superar aquilo que limita e suprime a nossa liberdade de fazer e deixar de fazer, para encontrarmos-nos.

O ócio, assim, significa aprofundar nossa humanidade; afrontar e vencer as contradições do capital e do trabalho, que tornam nossa vida estupidamente difícil, inutilmente humilhante e desumana.

Em suma, o **ócio como lazer** é um momento do processo espiritual na crescente auto-revelação do homem a si mesmo, apesar das inexoráveis antinomias de valores e obstáculos, de positividade e negatividade de que nos cercam.